

A configuração da fronteira luso-espanhola nos mapas dos séculos XV a XVIII

João Carlos GARCIA
*Faculdade de Letras da
Universidade do Porto*

Propomo-nos analisar a fronteira luso-espanhola a partir de alguns exemplos de cartografia antiga com dois objectivos: reconstituir a configuração dessa fronteira e seguir a sua figuração como tema principal ou complementar, em mapas dos séculos XV a XVIII. Para o estudo da imagem difundida entre o início da cartografia impressa e a implementação da cartografia científica oitocentista, foram escolhidas duas escalas: a peninsular e a nacional portuguesa. Os exemplos da primeira encontram-se maioritariamente entre os mapas impressos não ibéricos, já que eles representam os grandes produtores e os grandes difusores da cartografia europeia. Os exemplos da segunda são os poucos mapas portugueses existentes, confrontados com as preocupações cartográficas divulgadas por geógrafos e corógrafos coevos. As imagens são testadas em função do fenómeno fronteira, um dos temas cartografados mais importantes e controversos.

1. A fronteira nos mapas peninsulares

Nas primeiras representações cartográficas manuscritas da Península Ibérica ptolomaica estão representados os principais limites administrativos romanos.¹ As implantações lineares correspondentes estão claramente ordenadas através da espessura da linha a cheio/ponteadado e separadas pela utilização da cor

(preto/vermelho). A um primeiro nível divide-se a *Hispania Citerior* da *Hispania Ulterior*; a um segundo, não se circunscrevem os *conventi* mas indica-se a separação entre os distintos povos autóctones. Há aqui uma relação importante entre o mapa e as descrições do espaço: aos textos dos autores clássicos retira-se a informação que se inscreve no mapa. Os limites complementam-se com as cordilheiras montanhosas (Pirenéus) ou com os cursos de água, caso a linha de separação administrativa ou étnica coincida com o acidente natural (Guadiana, Douro). A hierarquia dos espaços é por sua vez estabelecida pelos diferentes tipos de dimensão e de cor da letra empregue para difundir os nomes das províncias, dos povos e das cidades.

A imagem impressa da Hispânia ptolomaica fixa tudo isto, deixando-nos como imagem de fronteira terrestre um forte traço que separa a Tarraconense da Bética/Lusitânia e que saindo do litoral mediterrâneo (entre Cartagena e Almeria), se dirige ao Alto Guadiana e daí, em linha recta para Norte, até ao Douro. É isto que podemos observar nas diversas versões da «*Tabula Hispaniae*» de Ptolomeu, das primeiras edições manuscritas e impressas (desde 1477), às presentes nas edições dos séculos XVI ou XVII² (Fig. 1).

Desde as últimas décadas do século XV há, entre os eruditos, um crescendo reivindicativo que atribui à Lusitânia o papel de antepassado de Portugal, embora não seja correcto que durante a Idade Média tivesse desaparecido a noção de «Lusitânia» como antigo espaço histórico. Vários são os documentos dos séculos XII e XIII que confirmam a permanência da denominação geográfica aplicada a uma vasta área no centro do actual Portugal.³ Estamos em crer que a esse movimento de ideias não é alheia a difusão das imagens cartográficas divulgadas pelas edições impressas da obra de Ptolomeu.⁴ A relação Lusitânia/Portugal irá ganhando corpo na primeira metade de Quinhentos.⁵

Assim como a «*Tabula Hispaniae*» fizera germinar a ideia, será do confronto entre as imagens dos espaços clássicos reconstruídos e as de então, que se elaboram novas hipóteses. Uma primeira etapa ocorre com o cotejo entre as «tábuas velhas» e as «novas», nas edições de Ptolomeu, desde 1482. A Lusitânia como tema central será divulgada pelo discurso erudito no último quartel de Quinhentos, depois de sair o *Theatrum Orbis Terrarum* de Ortelius (1570) que apresenta o Portugal «*quae olim Lusitania*» de Álvaro Seco, numa grande escala.⁶

Nas variações da ptolomaica «*Tabula Nova Hispaniae*», o Sul de Portugal prolongava-se «lusitanicamente», em direcção ao centro da Península. Por exemplo, nas edições de Vitalibus (Roma, 1507) e de Waldseemuller (Estrasburgo, 1513 ou Lyon, 1535), a fronteira terrestre portuguesa, que definia para Norte um País bastante estreito, estendia-se para o interior, em especial entre o Tejo e o Guadiana (Fig. 2). A representação da fronteira luso-espanhola (a pontea-do) na «*Tabula Nova Hispaniae*» constitui, aliás, a primeira visão cartográfica do limite político para o vasto público erudito, já que antecede de quase oito décadas a suposta figuração da mesma linha na versão de Roma, do mapa de Portugal, de Álvaro Seco. Para o quadro peninsular de que falamos e de que a

imagem paradigmática é a inserta na edição florentina de Ptolomeu, de 1482 (por F. Berlinghieri), apenas dois outros limites políticos são marcados com a mesma simbologia: o do Principado da Catalunha e o do Reino de Granada. As primeiras edições de Ortelius fixarão essas grandes divisões (*v.g.* Antuérpia, 1572) que, se coloridas (faixas fronteiriças e áreas das unidades espaciais), tem ainda mais força.

Ptolomeu publicar-se-á nos séculos seguintes, ainda com importantes edições setecentistas pelos mais conceituados editores holandeses, mas as reconstituições de espaços históricos perderão muito do seu interesse na cartografia avulsa e especialmente nos atlas.⁷ As que se conservam e aceitam durante mais tempo são as incluídas no *Parergon* das edições do *Theatrum Orbis Terrarum* de Ortelius, um apêndice histórico mais ou menos completo (autónomo ou não) e com mapas mais ou menos detalhados.⁸

No enquadramento peninsular a fronteira luso-espanhola ganha uma nova imagem, mais correcta, na obra de Ortelius, onde a influência de Álvaro Seco está presente, mas não tanto como seria de supor, atendendo às escalas distintas. Embora essa discrepância seja mais evidente no litoral, ela também o é na configuração do limite político terrestre. Nas versões dos «Regni Hispaniae» do *Theatrum*, ou na sequência, nos mapas de Hondius (*v.g.* Londres, 1606), as fronteiras terrestre e marítima, delimitam já um rectângulo, em linhas gerais, onde se evidenciam as terras portuguesas da margem esquerda do Guadiana e um prolongamento do extremo Nordeste de Trás-os-Montes (Fig. 3). Graficamente as fronteiras são figuradas por um ponteadado mais ou menos apertado na tradição das edições ptolomaicas. Assim, Ortelius e os seus sucessores ao longo de toda a primeira metade do século XVII, fazem imprimir esse símbolo que pode ou não ser evidenciado pelo emprego da cor, pintada à mão.

O conceituado nome dos Blaeu divulgará na Europa imagens cartograficamente marcantes durante décadas. Assim acontece com a Península Ibérica e, conseqüentemente, com a configuração e figuração da fronteira luso-espanhola (Fig. 4). Todo o século XVII, em especial a sua segunda metade, copiará (reformulando apenas em parte) essa linha, com uma «crista» aparatosa no Alto Minho, arrastada por uma proeminente Galiza. Os lados do rectângulo, quase rectos nas versões ortelianas, começam a recortar-se (no caso da fronteira terrestre) ou a distinguir nas suas orientações gerais, grandes troços de linha de costa, do Minho ao Tejo, do Tejo ao Cabo de São Vicente, daí ao Guadiana.

Essa minúcia encontramos-a exagerada em F. de Wit (1670), que constrói uma Península particularmente corrigida com os últimos contributos de geografia regional (caso do mapa de Aragão de João Baptista Lavanha), e com uma rica e organizada representação de fenómenos diversos, físicos e humanos. O prolongado Minho reduz as suas dimensões em conjunto com uma mais equilibrada Galiza mas, em contrapartida, dilata-se estranhamente a fronteira da Beira (Fig. 5), deformação que encontraremos em cartografia bastante posterior: Homann (1710), Robert (1757) e mesmo Sayer (1790).

Numa primeira fase, as legendas das cartas contemplam apenas os símbolos pontuais, mas mesmo na ausência de legenda são eles os primeiros a ser decodificados, em descrição textual. Às cidades, às sedes de arcebispado ou de bispado, às praças fortes, etc, são atribuídos símbolos e cores específicos; aos fenómenos com continuidade espacial não são tão didacticamente aplicadas implantações lineares e zonais. A eles parece corresponder uma «legenda implícita». Assim é o caso das fronteiras em grande número de exemplos.

A simbologia do limite político não divulgada em «tratado» ou incluída num «método», nem presente numa legenda inserida num mapa, podemos encontrá-la descrita em introduções a atlas ou a conjuntos de mapas. Em Portugal isso acontece provavelmente pela primeira vez na edição das *Provincias de Portugal*, publicada em Lisboa em 1762, por J. B Carpinetti.⁹ Esta não é uma opção original entre as obras estrangeiras do mesmo tipo. Um bom exemplo é o da edição do *Complete Atlas* de E. Bowen, de 1752, onde na introdução «An explanation of the maps», o autor afirma: «Divisions of countries by dotted Lines; larger for Provinces, and smaller for sub-subdivisions; and Divisions of Nations are often shown by chain-lines.»¹⁰ A ordenação das implantações lineares é aqui já clara e elaborada. Assim, ao longo do século XVIII surgirá na maioria dos mapas peninsulares e de Portugal, uma sequência simples de símbolos lineares para distinguir as fronteiras políticas entre estados (tracejado), das divisões internas desses estados (ponteado), sejam reinos, províncias ou regiões históricas. Assim acontece no citado *Atlas* de E. Bowen (1752) ou na *Géographie Moderne* do Abbé Clouet (1780).¹¹ Na 2ª edição do *Atlas Historique* dos irmãos Chatelain (Amesterdão, 1713), a separação entre Portugal e a Espanha faz-se por uma curiosa linha em ziguezague contínuo, reservando-se o ponteado para separar as províncias espanholas, já que não são representadas as divisões internas portuguesas.¹²

Desde o século XVII uma particular importância foi dada às fronteiras (administrativas ou internacionais) na sua representação cartográfica, pela utilização frequente da cor, a reforçar a figuração linear impressa a preto e branco. Na centúria de Setecentos surgem também coloridas, em mancha, cada uma das unidades espaciais a distinguir, delimitadas pelas linhas de separação igualmente pintadas na mesma cor do conjunto ou a cor diferente. Nesses dois séculos durante os quais a Europa conheceu repetidos, longos e destruidores conflitos bélicos, a guerra e as tensões sociais refletem-se clara e intensamente na cartografia. Nos mapas, os cartuchos surgem sobrecarregados de elementos heráldicos, retratando as figuras do poder, com os seus exércitos, as suas esquadras, as cidades conquistadas. As cartelas com elaborada decoração barroca, arrolam títulos e compõem dedicatórias. Na própria carta esbatem-se a topografia, a rede hidrográfica ou a viária, a toponímia. Como imagem geral ficam mantas de retalhos coloridos que dão conta da força, da importância e da unidade que os espaços possuem ou pretendem possuir.

Os ultrapassados «Regni Hispaniae» de Ortelius são agora enumerados no título do mapa, que lembra igualmente as subdivisões internas: «Carte

Historique et Géographique des Royaumes de Spagne et Portugal divisés selon leurs royaumes et provinces» de Chatelain (1705), «El Reyno de España dividido en dos grandes Estados de Aragón y de Castilla subdividido en muchas provincias, donde se halla tambien el Reyno de Portugal», segundo Homann (1720), «Carte des Royaumes d’Espagne et de Portugal divisés par Provinces» de S. R. de Vaugondy (1780), «A New Map of the Kingdoms of Spain and Portugal with their principal divisions, Spain in respect to its Governmenties divided into the provinces» de R. Sayer (1790)...

No caso de Portugal e da configuração da fronteira luso-espanhola, a imagem transmitida é dada pela cartografia francesa que desde os finais do século XVII não deixara de crescer em inovações metodológicas nos campos da matemática e da topografia, em desenvolvimento técnico de impressão de mapas e em implantação de casas editoras. Se o Padre Carvalho da Costa fazia já a apologia de Sanson em 1706, serão as imagens deste autor, de Homann e de de l’Isle, que se reproduzem ao longo de todo o século.¹³ A cartografia inglesa contribui também de forma decisiva (Brown, Sayer) mas, a alguma distância da escola francesa.

A fronteira encontramos-la cada vez mais detalhada, por vezes exageradamente, mas os principais recortes da linha politica entre os dois estados ibéricos fixam-se finalmente com rigor na cartografia: Olivença, o Minho *vs* Trás-os-Montes, o Baixo Guadiana. O mapa peninsular de Robert de Vaugondy, publicado em Paris (chez Delaimarche), em 1780, é uma notável imagem de correcção, em particular se lembrarmos a influência das cartas de Thomás Lopez na cartografia francesa das décadas anteriores¹⁴ (Fig. 6).

2. A fronteira nos mapas de Portugal

A análise da representação da linha fronteiriça luso-espanhola, à escala nacional, na cartografia portuguesa, constitui a segunda parte deste estudo. Porém, alertados pela importância da imagem cartográfica impressa, internacionalmente difundida, procurámos também encontrá-la no discurso geográfico de alguns autores coevos.

2.1. Portugalliae quae olim Lusitania

A primeira imagem cartográfica que representa Portugal isoladamente e no seu conjunto é a de Álvaro Seco, com uma orientação para nos hoje estranha: o Ocidente no topo do mapa, o Norte para a direita (Fig. 7). Sendo uma construção erudita é natural que assim fosse. Europa, a eleita de Zeus, numa famosa imagem divulgada por Münster, é uma mulher cujo braço é a Itália e a cabeça a Península Ibérica. Portugal está na cabeça da Europa.¹⁵ A Europa é também um dragão, na descrição de Estrabão e a Hispânia a sua cabeça.¹⁶ Portugal é a respectiva coroa, comentam o Marquês de Abrantes e o Conde da Ericeira, a

justificar a descrição deste país a abrir uma Geografia da Europa, no parecer que dão à *Geografia Histórica* de Caetano de Lima, em 1734: «Para que não se argúa, que he contra a ordem principiar pela parte Occidental do Mundo com a descripção de Portugal, póde advertirse, que scientifica, e politicamente devia executallo nesta fórma, pois o primeiro Ceo arrebatá os outros do Occidente para o Oriente, e daquelle, como mais conhecido, começam a contar os antigos Geografos os seus Meridianos: e sendo Portugal a Coroa do Dragão de Europa; a que Reyno mais illustre podia darse a preferencia, sendo seu Imperio heroicamente dilatado pelas quatro partes do Mundo [...]»¹⁷ Científica e politicamente são as razões apontadas, a lembrar que a própria longitude se marca de Ocidente para Oriente e que, no «primeiro Ceo», a Lua, como os outros planetas, nos seguintes, deslocam-se de Oeste para Leste.

Uma outra visão é a de quem vem do Mediterrâneo Oriental e Central. Os percursos «mais além», tentados desde a Antiguidade são «para cima», em direcção ao grande Mar Oceano. Mas o Portugal «deitado» de Álvaro Seco não deixa de ser uma imagem erudita. Nos mapas mundi ou no mapa de conjunto da Europa, o ponto cardeal Norte encontra-se habitualmente no topo das cartas ou, por vezes, denotando influências medievais (cristãs ou árabes), é o Sul que encontramos no cimo. A edição da *Cosmographia* de Münster de 1592, representa a Europa deste último modo. Nas variantes ptolomaicas, na ausência de qualquer mapa exclusivamente dedicado a Portugal, sempre a Hispânia se figurou com o Norte «para cima». Mas, as folhas avulsas e, especialmente, o *Theatrum* de Ortelius explicam a força e a importância dessas imagens de Álvaro Seco, tão duradouras e tão eficazes. O Portugal de Pedro Teixeira Albernaz (1662) será também, por esta razão, «deitado» mas, quando começamos a ter representações do País «com o Norte para cima», muitas vezes é difícil de reconhecer que a nova carta pouco tem de original, não passando muito além de um Álvaro Seco orientado de modo diferente. Será a cartografia impressa estrangeira, que se encarrega da criação e difusão da nova imagem «vertical». Essa imagem impressa e editada em Portugal é tão tardia quanto o é o mapa inserto na obra de Caetano de Lima, de 1734-1736.¹⁸

A mais conhecida figuração cartográfica da fronteira luso-espanhola no século XVI é a existente na edição de Roma, de 1561, do mapa de Portugal de Álvaro Seco, do qual temos vindo a falar. Na ausência de título, socorremos da dedicatória em latim ao cardeal Guido Sforza. Trata-se da descrição da «Lusitania»: «Guido Sforza: dedicamos-te, devido à protecção dispensada à nossa gente, a Lusitania descrita pela arte de Fernando Alvares Seco [...]»¹⁹ Na edição de Antuérpia, de Gerard de Jode (1565), o título modificase para «Portugalliae quae olim Lusitania Vernando Alvaro Secco auctore recens descriptio», opção que o *Theatrum* de Ortelius seguirá de perto. Assim, na versão erudita para o mecenas romano, o espaço cartografado é o da Lusitania, na de divulgação para um público mais vasto, é o de Portugal, «outrora Lusitania».

Dada a importância da única peça cartográfica conhecida de Álvaro Seco, muitos têm sido os estudos que sobre ela se têm debruçado, discutindo aspec-

tos matemáticos, de povoamento, da configuração do litoral, técnicos de impressão, mas também a difusão do mapa e sua influência na cartografia coeva e posterior.²⁰ Analisaremos um tema pouco referido: a fronteira, ou melhor, a linha que supostamente a figura, a «fronteira terrestre a ponteados», presente na edição de Roma e «que falta na edição de Gerardo de Jode» de Antuérpia.²¹ Na realidade, os seguidores de G. de Jode não constituem a maioria, mas muitas são as variações do mapa de Álvaro Seco, dos séculos XVI e XVII, que não incluem a fronteira. Por exemplo no «Epitome» do *Theatrum* de Ortelius ou na carta «Portugallia et Algarbia» (d. 1660) de Gaspar Bouttats (Fig. 8).

Se compararmos as edições de Roma e de Antuérpia, apercebemo-nos que a minuciosa linha a ponteados existente na primeira, nada mais faz que contornar os símbolos e os topónimos das povoações portuguesas mais raianas. A linha envolve o espaço que contém os diversos elementos pertencentes a esse mesmo espaço: a rede hidrográfica e as povoações. Não há qualquer preocupação de marcar a representação linear com uma correcta localização, daí que encontremos na versão de Roma grandes «bolsas de vazios», onde o povoamento obrigaria a linha a detalhado recorte. Tal sucede nas áreas fronteiriças de Bragança ou da Beira Baixa. Excepção feita ao caso do vale do Minho, a «fronteira» quando coincidente com os cursos de água, figura-se com larga margem no interior do território espanhol, dando mesmo origem a erros, como é o caso da sua representação para Leste de Ayamonte²² (Fig. 7).

Se parece ser o fim da mancha de povoamento que institui a marcação da linha de fronteira, não é apenas aquela mas também a rede hidrográfica, que constitui, aliás, o segundo grande tema do mapa de Álvaro Seco. Partamos da versão de G. de Jode onde é mais visível o que queremos analisar. Com excepção dos grandes colectores (Douro, Tejo e Guadiana) que se prolongam para o interior da Península, todos os outros cursos de água parecem nascer em Portugal. Mesmo o tratamento dado aos grandes rios é interessante: o Guadiana e o Minho escondem-se sob as artísticas cartelas dedicadas ao cardeal Sforza, o Tejo «seca» rapidamente não longe da fronteira e o Douro torna-se tão débil quanto os seus inúmeros e ramificados afluentes, que cortam as terras de Miranda. A própria configuração dos cursos de água adopta muitas vezes um desenho fechado nas cabeceiras, de modo a dar uma ideia de isolamento, de ruptura em relação ao território, para o interior da Península. Constroem-se no mapa verdadeiros troços de fronteira «natural» (como é o caso das terras portuguesas da margem esquerda do Guadiana), que o ponteados da linha política virá confirmar e reforçar como imagem a reproduzir.

Portugal é então um conjunto de bacias hidrográficas que correm para o Mar Oceano, bacias fechadas para o interior, em semicírculos que se justapõem ao longo da faixa fronteiriça. O ponteados da versão romana de Álvaro Seco é como que uma linha divisória de águas entre a Lusitania e o resto da Península.²³ A unidade do País e do território que assim se representa é sublinhada pelas armas da Galiza, do Reino de Leão e do Reino da Andaluzia, que circundam Portugal, uno e coeso sob o escudo dos castelos e das quinças. Na

versão erudita de Roma representam-se numa mais reduzida dimensão as «Antigas Armas de Portugal» (a cruz azul em campo branco). Na versão de divulgação, as armas de Portugal encontram-se no escudo empunhado por Neptuno, que cavalga um monstro marinho e que proclama a glória das conquistas portuguesas no mar. O Oceano é neste caso sulcado por numerosas embarcações, o que contrasta com o árido mar e uma Galiza quase ptolomaica, do mapa de Roma. Na maioria das posteriores edições, a barreira política será reforçada do ponto de vista gráfico, quer pela passagem dos pontos a traços, quer pela introdução da linha de cor. É o que acontece em variações de Ortelius, de J. Hondius, de J. Jansson, de W. Blaeu ou de M. Merian e Pierre Mariette, já em meados de Seiscentos.

A descrição do limite político luso-espanhol e a sua figuração em mapas, devem ser analisadas em função das escalas e dos objectivos do documento. À escala local, desde os meados do século XV, que da parte portuguesa há todo um esforço para o reconhecimento e vigilância das marcações fronteiriças,²⁴ mas só um século depois contamos com um levantamento de conjunto para toda a raia.²⁵ Esta inventariação levada a cabo pelo poder central estabelece uma percepção do espaço que não é a dos corógrafos ou dos cartógrafos. As demarcações por estes feitas, às escalas nacional e regional, baseiam-se em referentes conhecidos por um vasto público, e entre eles, os grandes acidentes naturais e as vilas e cidades do reino.

2.2. Portugal no Atlas do Escurial

Para o espaço português, o chamado *Atlas do Escurial* necessita uma nova e mais detalhada análise que substitua a de Armando Cortesão e de Teixeira da Mota inserta nos *Portugaliae Monumenta Cartographica*.²⁶ Estes autores desenvolvem o estudo em torno dos trabalhos que Gonzalo de Reparaz dedicara ao *Atlas*, dando particular atenção ao plausível aproveitamento de um primitivo e perdido protótipo de Álvaro Seco, fonte também para algumas folhas do *Atlas*, à semelhança do provavelmente ocorrido para a impressão de Roma, de 1561, do mapa de Portugal.²⁷ São focados os aspectos mátemáticos de construção e os cosmográficos de localização das povoações figuradas e, muito pouco os da própria representação gráfica dos fenómenos e, muito menos, o seu enquadramento ibérico. A breve relação estabelecida entre a parte portuguesa e o resto da Península é o caso mais grave. Porém, mais que a falha dos comentadores portugueses, haveria que reler a apologia que de Álvaro Seco faz Gonzalo de Reparaz e, sobretudo, as razões dessa apologia.²⁸ Nos *Portugaliae Monumenta Cartographica* são aproveitadas e discutidas as premissas, já que aos portugueses interessa apenas a participação ou influência de um cartógrafo português, na feitura do *Theatrum*.

Mas começemos pelo próprio *Atlas*, constituído por um conjunto de 20 folhas (30,5x45 cm) onde se figuram grandes áreas da Península, na segunda metade de Quinhentos.²⁹ A quadricula (1 a 20), segue uma ordem Oeste-Leste

e Sul-Norte, iniciando-se no Algarve Ocidental. A anteceder este conjunto de folhas apenas uma mais, um mapa de junção, com a numeração da quadricula e um muito interessante fundo de mapa. Nada mais. Não há página de rosto ou qualquer título, mesmo na capa. O único trabalho efectuado posteriormente ao desenho parece ter sido reunir estas folhas manuscritas, que não são mais que rascunhos das futuras folhas definitivas (manuscritas ou a imprimir), dobrá-las ao meio e encaderná-las. A confirmar a hipótese de se tratar de borrões estão as indicações à margem (que podem ser mesmo pequenos desenhos do litoral ou de um conjunto de árvores), os apontamentos no verso das folhas (cálculos matemáticos ou outros) e os numerosos traços a carvão que emendam, projectam ou servem de estrutura de construção.

Grande parte do relevo encontra-se pré-figurado com semicírculos a carvão muito frequentes em quase todas as folhas. Em algumas, em áreas delimitadas ou não, onde se aglomeram em excesso os topónimos, conserva-se uma rede ortogonal (também a traço de carvão), que ajudou, naturalmente, a situar esses mesmos lugares. Todo o trabalho pode (e deve) ter começado pela localização de pontos principais (uma rede de la ordem) e, depois, a malha foi sendo preenchida com todas as outras indicações das povoações, umas em relação às outras, que os textos das *Relaciones de Felipe II* deviam contemplar. Aliás, no verso da folha 14^a pode ler-se «Q Esc omo se a podido hazer de relaciones». A ligação entre as fontes é conhecida.³⁰

Apresentando o documento estas características, difícil é concordar com toda a leitura ideológica que Reparaz e a historiografia portuguesa que o seguiu, fizeram dele. O *Atlas de Filipe II*, que o perspicaz e acautelado monarca «aferrrolhou no Escorial» temendo as consequências da divulgação dos dados nele contidos, terá chegado, de facto, às mãos do rei? Atendendo ao seu estado preparatório: riscado, rasurado, folhas desequilibradas de informação que não foi completada, alguns traços a tinta vermelha sobre as sedes de bispado numa ou noutra folha para não esquecer a futura decoração, os versos riscados, nada aconselha a apresentação (ainda que informal) de tais folhas a quem tem vastas bibliotecas com as melhores colecções de atlas e de mapas holandeses, franceses e alemães. Claro que se trata do reconhecimento de Espanha a uma grande escala, mas um reconhecimento que pouca mais informação inclui que a de uma mais correcta localização das povoações e da rede hidrográfica. O relevo continua largamente fantasioso, repartem-se algumas manchas de vegetação, localizam-se as pontes, é dada a hierarquia de sedes eclesiásticas e marcam-se algumas áreas com unidade (*v.g.* Vale de Placência) e as fronteiras internas entre reinos. Haveria muito mais pensado para figurar, mas o trabalho da tarefa de base nem a meio ficou: a localização das povoações.³¹

A representação de Portugal no *Atlas do Escorial* foi já em grande parte discutida,³² mas se a toponímia, a rede hidrográfica e, sobretudo, a localização correcta das povoações foi largamente comentada, a figuração da fronteira não parece ter interessado os investigadores.³³ O limite político entre Portugal e Espanha é figurado por uma linha de pontos, umas vezes mais espaçados, outras

menos (Fig. 9). Quando coincidente com cursos de água, a linha corre paralela, umas vezes de um lado, outras de outro. Apesar da grande escala das folhas (1:420.000 aprox.), se as compararmos com as dimensões das edições de Alvaro Seco, a raia corre (uma vez mais) com um traçado pouco preocupado em minúcias. Pretende apenas separar povoações portuguesas de povoações espanholas. Em várias folhas do Atlas, a palavra «Portvgal» figura sobre os diversos bocados de território nacional, mesmo para Sul da expressão «Reino del Algarve», disposta Oeste-Leste, do Seixe ao Vascão. A palavra «Castilla» aparece exclusivamente no canto inferior direito da folha 8ª, a identificar a pequena área entre o Sever e o Tejo.

Um facto aparentemente insólito é a figuração nas folhas 5ª e 9ª de uma segunda fronteira Norte-Sul, com símbolo igual ao escolhido para a fronteira política, paralela a esta, segundo uma linha quase recta, marcada para Leste, cruzando o Guadiana entre Mérida e Villanueva de la Serena. A reforçar a ideia de fronteira política, na folha 5ª escreve-se POR/TV/GAL a Norte e a Sul do Guadiana, com o mesmo tipo de letra que a utilizada no território português. Porém, as letras foram alvo de apagamento. Um erro do cartógrafo, enganado pela utilização do mesmo símbolo gráfico a representar limites de características distintas? Mas tantos há, emendados sobre as folhas.

Pela configuração da «segunda fronteira», no interior da Península, podemos pensar numa reconstituição do antigo limite da Lusitania, então muito discutido pelos eruditos ibéricos. Por um lado, é estranho o prolongamento do ponteadado para Sul do Guadiana, em pleno território da Bética e para Norte do Douro, até aos Cantábricos. Por outro, essa segunda fronteira está demasiadamente próxima da real, luso-espanhola. Uma segunda hipótese de explicação é tratar-se da figuração da *ruta de la plata*, a grande *cañada* que desde tempos medievais cruzava Norte-Sul o ocidente peninsular. As possibilidades poderão ser todas verdadeiras se recordarmos que a *calzada* serviu também como fronteira entre os reinos de Leão e de Castela, na sua avançada expansionista para Sul, aquando da Reconquista,³⁴ e que Frei Bernardo de Brito, na sua *Geographia Antiga de Lvsytania* defende uma fronteira oriental da antiga província romana, muito próxima do traçado inscrito nas folhas do *Atlas do Escorial*.³⁵ Mais de três séculos depois de reunidas as coroas, figura-se ainda com simbologia igual à da fronteira política entre Portugal e Espanha, o limite entre Leão e Castela, desde os Cantábricos até à Sierra Morena (limite Norte da Andaluzia sevillhana) mas também a suposta raia entre as províncias romanas da Lusitania e da Tarraconense.³⁶

2.3. Inovação, crítica e método

O único mapa de Portugal manuscrito que nos chegou do século XVII é a chamada «Carta Gulbenkian» (esc. aprox. 1: 290.000), atribuída a João Teixeira Albernaz I e que data de c. 1640.³⁷ Esse mapa do «Reino de Portugal» está orientado com o Leste para cima e todo o litoral Ocidental mergulhado no

Oceano.³⁸ É um Portugal para ser lido a partir do mar, como se se tivessem justaposto as cartas da *Descrição dos Portos do Reino de Portugal* (1648) do mesmo autor, prolongando-as para o interior, para além da fronteira política, que não parece encontrar-se figurada sob qualquer símbolo gráfico. A individualidade de Portugal é sublinhada por várias cadeias montanhosas com densas florestas, que se dispõem-se paralelamente à não representada fronteira, no interior da Península, do Golfo de Cádiz ao Reino de Leão, formando uma forte e imponente barreira separadora de fundo, quer física, quer com conotações ideológicas.³⁹

A publicação do mapa de Portugal de Pedro Teixeira Albernaz, em 1662, representa um outro grande momento da cartografia terrestre portuguesa.⁴⁰ A carta, como referimos, está orientada com o Oeste para cima, o que não deixa de ser interessante se a compararmos com a «Carta Gulbenkian», elaborada pelas mesmas datas e por cartógrafos irmãos. Mas o Portugal de 1662 (como o de Álvaro Seco) é um mapa publicado no exterior, para ser lido por estrangeiros. À semelhança de muitas cartas de áreas de fronteira, impressas no século XVII, a raia é colocada no topo do mapa, como uma barreira que o inimigo encontrará se quiser invadir o espaço protegido. O território do «outro» fica para lá da fronteira.⁴¹ O mapa de Pedro Teixeira Albernaz, dedicado à magestade de Filipe IV, representa o país vizinho, com o qual se mantém uma prolongada guerra, visto desde Madrid.

E um mapa com uma mancha gráfica densa pela figuração do relevo (excessivo), da rede hidrográfica e da toponímia, ressaltando a imagem de unidade do espaço nacional (na grande escala em que é elaborado), tanto mais se recordarmos o período histórico em que foram feitos os levantamentos: a união das coroas peninsulares. Daí também o interesse da figuração da fronteira luso-espanhola. Ela surge como uma dupla linha a ponteados, reforçando assim o símbolo reservado para outras divisões de espaços: as administrativas internas. Uma imagem modelo cujo grafismo poderia ter sido recolhido, na versão da tábua antiga da Ibéria, construída por Mercator, onde a separação entre a Tarraconense e a Bética/Lusitania é figurada deste modo.⁴² Essas Penínsulas circularam largamente na primeira metade do século XVII.

O limite político continua a ser serpenteante, contornando as povoações que pertencem ora a um ora a outro reino, sem grande preocupação de detalhes, que a escala também não permite. As repercussões da carta de Albernaz parecem ter sido restritas e, algumas décadas depois o mapa era duramente criticado como pouco correcto.⁴³

O primeiro tratado português para a construção de cartas geográficas que dedica algum espaço (ainda que mínimo) à cartografia temática é o *Tratado do modo o mais fácil e o mais exacto de fazer as cartas geographicas...* de Manuel de Azevedo Fortes, publicado em Lisboa, na oficina de Pascoal da Sylva, em 1722. O principal objectivo do *Tratado* é divulgar um método de elaborar levantamentos de mapas, quer «geraes», quer «particulares», onde as preocupações militares têm um forte peso.⁴⁴ Os problemas «técnicos» colocados pelos aspec-

tos temáticos são um assunto complementar, senão mesmo secundário, se comparados com os astronómicos, topográficos e matemáticos. Eles ocupam apenas as últimas páginas. «As Cartas se ornão muyto, e se fazem mais distintas, assinalando as povoações com seus sinaes de Capital, Patriarcado [...]»⁴⁵ Fala-se assim de ornamentação, de decoração das cartas ao inventariarem-se os símbolos da legenda.

Quanto à representação de fronteiras, esclarece Azevedo Fortes: «[...]os limites das Provincias, e territorios se notão com hua linha de pontos grossos, q comprehende a figura do terreno: quando as Cartas são illuminadas, se dão à roda destes pontos de divisão aguadas de diferentes cores, e estas se fazem com as tintas seguintes: carmim, vermelhão, roão sombra, tinta da China, verdete, cinzas, verde bexiga [...]»⁴⁶ Os dois aspectos básicos da representação de limites estão aqui referidos: 1º a implantação linear impressa (ou manuscrita) a negro e, sobre ela a cor. A figuração a negro é circunscrita à sua forma mais simples, a «linha de pontos grossos». Sobre,ela as aguadas de diferentes cores que particularmente no século XVIII fazem ressaltar as fronteiras (entre estados ou internas), quando em versões de Ortelius das centúrias anteriores, essas aguadas cobriam muitas vezes toda a superfície dos países.

2.4. Os mapas do Reino de Portugal e das suas Províncias

O conjunto da carta de Portugal e das suas provincias incluído nos dois volumes da *Geografia Histórica* de Luiz Caetano de Lima (1734-1736), prender-se-á com os trabalhos cartográficos desenvolvidos por Manuel de Azevedo Fortes, desde 1720, na sequência da criação em Lisboa, por D. João V, da Real Academia da História Portuguesa e dos conflitos diplomáticos com a Espanha sobre uma mais correcta determinação do meridiano de Tordesilhas, nas colónias sul-americanas.

A gravação das cartas referentes ao território português foi feita por Granpré em Lisboa e está datada de 1729-1730.⁴⁷ A elaboração do mapa de Portugal baseia-se directamente na cartografia francesa, em especial nas cartas de J. B. Homann (*v.g. Regnorum Hispaniae et Portugalliae*, 1720), que Granpré deveria conhecer particularmente bem. Ainda que as escalas sejam diferentes, apresentando o mapa de Granpré mais detalhes, a silhueta da fronteira terrestre de Portugal é em tudo semelhante à divulgada por Homann. A linha é figurada por um tracejado largo (Fig. 10).

Na ausência de novos protótipos, um quarto de século passado, os mapas impressos por Granpré ganham uma inesperada actualidade face à alteração dos acontecimentos políticos: a guerra entre Portugal e Espanha, em 1762. Na sequência do Terceiro Pacto de Família ecludem conflitos bélicos ao longo das fronteiras peninsulares e nas colónias ultramarinas. A cartografia, que faltara já nas decisivas batalhas do início do século,⁴⁸ volta a não responder em quantidade, qualidade e eficácia. Refazem-se então os velhos mapas e, só no biénio 1762/1763, as cartas de Granpré conhecem três diferentes impressões.⁴⁹

Os mapas de Granpré são revistos e novamente gravados por Carpinetti em 1762, por isso se refere em subtítulo aos *Mappas das Provincias de Portugal, novamente abertos, e estampados em Lisboa*. O autor está prioritariamente preocupado com os erros de localização de cada ponto representado (coordenadas geográficas), que tenta emendar na versão Granpré.⁵⁰ Mas, além disso, e na ausência de uma legenda gráfica junto às cartas inclui algumas explicações na introdutória «*Illustração aos Mappas*»: «E para maior intelligencia dos Mappas se explicaõ alguns caracteres que nelles se poem, e são os seguintes: Humas cifras que estão juntas aos nomes das terras, he que denotaõ o sitio dellas; Huma serie de pontinhos que cercaõ cada huma das Provincias, mostra os termos, e confins dellas [...]»⁵¹ Os «pontinhos» que servem para delimitar províncias (divisões administrativas portuguesas), servem também para figurar a separação entre as divisões administrativas espanholas (Galiza *vs* Reino de Castela). A fronteira política entre estados não é graficamente distinta nos mapas de Carpinetti.

No ano seguinte em que Carpinetti publicava o seu atlas das Provincias de Portugal, eram incluídos no I tomo da 2ª edição do *Mappa de Portugal Antigo e Moderno* de João Bautista de Castro, um conjunto de mapas em tudo semelhante àquele primeiro⁵² Volta a surgir o mapa do «Reyno de Portugal» impresso por Granpré em 1729 (não existente em Carpinetti mas em Caetano de Lima) e as seis províncias na mesma escala. As gravuras são assinadas por Laurent, em Paris, e não datadas. Todas as províncias apresentam rede viária, o que não acontecia na primeira versão de Carpinetti, onde o Minho e a Beira não a incluíam. A configuração e decoração dos cartuchos é bastante distinta.⁵³ À semelhança de quase todos os autores, a relação entre os mapas e o texto é mínima, senão inexistente. Bautista de Castro refere a Cartografia quanto à sua construção e crédito científico, mas pouco a utiliza como imagem a aproveitar de algum modo. «Advirto que para a formatura deste Mappa me vali da Carta de Joaõ Bautista Homannu impressa no anno de 1736, por ser a que mais se ajusta às computações da Arte de navegar do nosso insigne Cosmografo Manoel Pimentel, tidas pelas mais exactas.»⁵⁴

A propósito da dificuldade no cálculo de valores precisos e correctos das coordenadas geográficas, apresenta uma muito interessante tabela onde indica a «*Altura de Polo de Lisboa conforme diversos Geografos nas Cartas de Portugal*». O objectivo é demonstrar a diversidade de opiniões, mas por ela ficamos a saber das autoridades então reconhecidas: «Fernando Alvares Seco, Mons. Sanson, P. Du-Val, Pedro Mortier, Francisco Halma, Carlos Allard, Joaõ de Ram., Nicoláo Vischer, P. Placido Agostinho, Joaõ Bautista Lavanha, Joaõ Bautista Nolim, Mons. Tailot, Jacome Canteli, Gaspar Baillieu, Joaõ Bautista Homannu, Pedro Teixeira, Manoel Pimentel, P. Capassi, P. Dechales, P. Ricciolo, e Tosca, Petavio.»⁵⁵ Não será obrigatório que todas estas «*Cartas de Portugal*» fossem de facto, representações cartográficas do conjunto do território português, como é o caso de Manuel Pimentel, com a exclusiva figuração do litoral.⁵⁶

A terceira versão de 1762-1763 dos renovados mapas de Granpré deve-se a Thomás Lopez que os fez imprimir em Madrid, em forma de atlas, acrescentando às Províncias de Portugal um novo mapa de conjunto do País. É o «Mapa del Reyno, de Portugal construído, segun las mas modernas memorias» em que insere a seguinte nota: «Este Mapa General, con las seis Provincias separadas, donde por menor se expresan los Pueblos de Portugal, forman el Atlas completo de este Reyno.» Além das escalas gráficas, o mapa inclui uma «Explicación de los caracteres» (legenda), que são apenas os símbolos pontuais correspondentes a cidade, a vila grande, a vilas e lugares, a arcebispado, a bispado, a praças de guerra e fortes de Portugal. A ordenação dos símbolos lineares (não descodificados) é dada por um ponteadado duplo para as estradas e um tracejado largo para a fronteira. A importancia dada às primeiras é bastante clara nos mapas provinciais. As estradas ligam as importantes vilas de muralhas abaluartadas, numa altura em que apesar dos acordos de paz, estabelecidos em 1750, a guerra volta novamente a acontecer.

O «Mapa del Reyno de Portugal» é um mapa de toponímia e rede hidrográfica densas, que renova as configurações mais divulgadas em Portugal, obras de impressores e editores franceses, italianos, flamengos ou alemães, se nos recordarmos que João Bautista de Castro inclui a versão do Portugal de Granpré (de 1729), na sua obra intitulada *Mappa de Portugal*, no mesmo ano em que se edita em Madrid, o *Atlas* de Thomás Lopez.

Mercê do nome e da obra de Thomás Lopez e dos muitos trabalhos (refeitos, aumentados e com largas tiragens) que da sua oficina saem, as imagens de Portugal que divulga (no conjunto e regionalmente), serão as mais conhecidas, citadas e utilizadas no estrangeiro.⁵⁷ Das áreas de fronteira fará ainda cartas a maior escala como a supostamente utilizada pelo Príncipe de Waldeck, no seu reconhecimento militar do Sul de Portugal, em 1789. Mas o Príncipe também lhe aponta repetidamente erros na cartografia provincial.⁵⁸ O «Mapa del Reyno de Portugal» será por seu turno utilizado como fundo para construir em 1808 o «Mapa das Estradas Militares de Portugal», tão utilizado pela historiografia portuguesa.

3. A fronteira de uns, vista pelos outros

A figuração da fronteira luso-espanhola nos mapas dos séculos XVI a XVIII nada tem de original do ponto de vista gráfico, se comparada com qualquer outro caso europeu. A cartografia tornou-se desde cedo, pelas suas características, um saber de vasta circulação internacional. Se assim acontecia já com os mapas manuscritos dos séculos XIV e XV muito mais ocorre com os impressos.

A história factual da cartografia impressa faz-se descrevendo quem herdou, comprou ou roubou as placas de madeira ou de metal onde se encontravam

gravados os preciosos dados. Os casos da produção de Mercator ou de Ortelius são paradigmáticos. Por isso a evolução é lenta e feita de recuos e avanços, se organizarmos as cartas cronologicamente. Uma outra metodologia também pouco aconselhável é a de utilizar mapas de distintas escalas e, especialmente, de pequenas escalas, em análises geográficas de pormenor sobre alterações do litoral, povoamento, toponímia, etc. Na maioria dos casos as representações do espaço eram elaboradas por quem nunca havia visitado as áreas cartografadas e lidas por quem não as conhecia. Daí os «erros» que lhes são atribuídos, quando o que há que reter é a repartição geral dos fenómenos figurados para cada escala em função das fontes consultadas. Tal é o caso das fronteiras.

A utilização de simbologia para figurar a fronteira luso-espanhola fixa-se através dos modelos utilizados e aceites internacionalmente, já que os levantamentos nacionais e regionais conhecidos, a grandes escalas, são manuscritos, raros e posteriores à larga difusão da cartografia impressa. Por outro lado, ainda no século XVIII a fronteira continua a não ser uma linha definida em si própria mas pela sequência dos lugares raianos.⁵⁹ A configuração gráfica do limite político que nos propunhamos analisar desde início liga-se com esta realidade, a que acresce o problema das escalas de representação e a autoria, local de edição e mercado consumidor da produção cartográfica. Ao longo do século XVIII e à medida que nos aproximamos do momento decisivo em que serão feitos cálculos matemáticos precisos dos valores de latitude e de longitude dos lugares repertoriados, a configuração da fronteira luso-espanhola continuará ainda a ser de uma surpreendente variedade. Os públicos diversificam-se e a grande maioria é pouco exigente. São as reformas ilustradas nas Universidades e as academias científicas que a pouco e pouco criam renovadas e mais corretas imagens dos distorcidos espaços.

Notas

¹ Ver *u.g.* o mapa da Península inserto no códice da Biblioteca de Afonso V, o Magnânimo, e anterior a 1458 (Claudio Ptolomeo - *Cosmografia. Codice Latino. Biblioteca Universitaria de Valencia (siglo XV)*, introd. Víctor Navarro Brotóns, trad. e notas A. Aguirre Alvarez *et al.*, Valência, Vicent García Ed., 1983).

² Cfr. *u.g.* «Tabula Europae II» de Giacomo Gastaldi (Veneza, 1548) ou «Europae II tab.» de Gerard Mercator (Amesterdão, 1618-1619).

³ Cfr. A.J. Saraiva - *A Cultura em Portugal. Teoria e História*, 2a ed., I, Lisboa, Bertrand, 1985, p. 21.

⁴ Em Portugal há notícia de que os Príncipes de Avis conheceriam exemplares manuscritos onde a «Tabula Hispaniae» estava naturalmente presente (cfr. L. Adão da Fonseca - *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982, p. 304).

⁵ Sobre as imagens geográficas e cartográficas correntes entre os humanistas franceses sobre a França/Gália, ver F. Dainville - *La Géographie des Humanistes*, Genève, Slatkine Reprints, 1969, p. 348349 (1ª ed., 1940).

⁶ Embora fossem já conhecidas versões avulsas desde 1561. O espaço dos Lusitanos é reconstituído por Frei Bernardo de Brito, na sua *Geographia Antiga de Lusytania* (1597), através dos autores clássicos e da Cartografia. Na lista de autoridades referem-se: Ptolomeo, Abraham Ortelio, Gerardo Mercator e «mappas diversos».

⁷ Por exemplo, na 2a edição do *Atlas Historique, ou Nouvelle Introduction à l'Histoire, à la Chronologie*

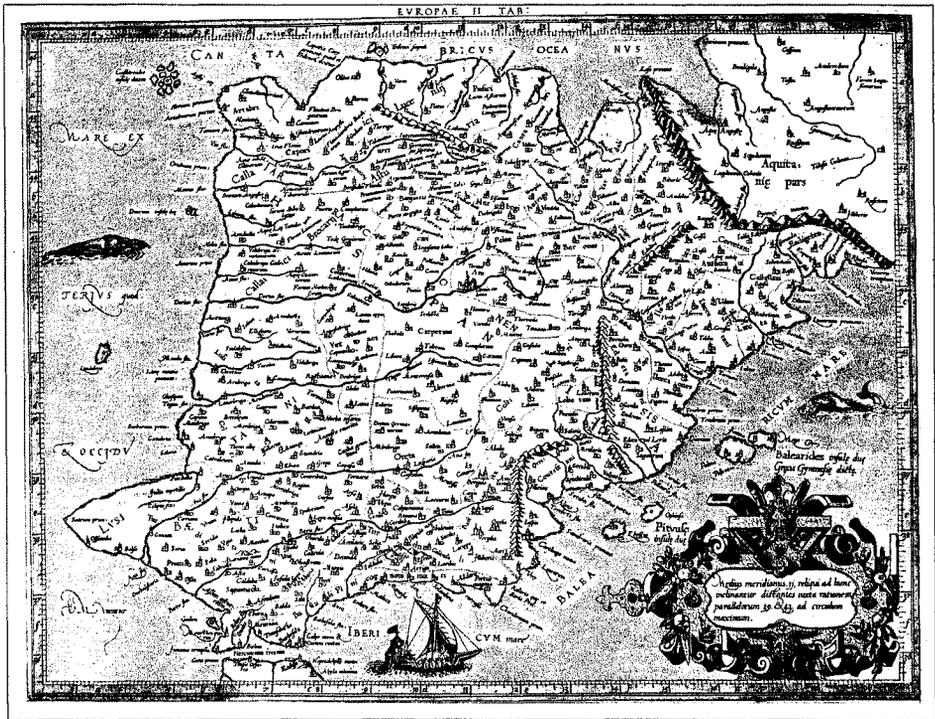
- & à la *Géographie Ancienne & Moderne* de Chatelain (Amesterdão, 1713), o mapa nº 34 (tomo 1), «Carte Historique et Geographique des Royaumes d'Espagne et de Portugal [...]» remete a «Hispania» dos autores latinos para um pequeno cartão, no canto superior direito, «Carte Ancienne de l'Espagne autrefois Hesperie ou Iberie». E explica-se em comentário inscrito no próprio mapa geral: «Comme l'antiquité à divers égards est remplie de Nuages et d'obscuritez, elle ne l'est pas moins à l'égard de la Géographie: non pas seulement par la diversité des sentiments des Auteurs, mais aussi par les noms des villes et des Provinces [...]»
- ⁸ O mapa «Hispania veteris descriptio» dedicado a Arias Montano e datado de 1586, vem a público em 1590, inserto nos *Additamentum IV* do *Theatrum Orbis Terrarum*, editados em Antuérpia (cfr. Maria Teresa Resende - «Catálogo» in *Cartografia Impressa dos séculos XVI e XVII. Imagens de Portugal e Ilhas Atlânticas*, Porto, Câmara Municipal do Porto/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1994, p. 58).
- ⁹ *Mappas das Provincias de Portugal, novamente abertos e estampados em Lisboa, com uma illustração em que se dá uma breve noticia da geographia...* por João Silverio Carpinetti, Lisboa, 1762 (ver a recente reedição, com introdução de Suzanne Daveau, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1993).
- ¹⁰ E. Bowen - *A Complete Atlas, for distinct view of the known world*, Londres, William Innys, 1752, p. 4.
- ¹¹ Abbé Clouet - *Géographie Moderne*, Paris, Chez Mondhare, 1780 (mapa da Península Ibérica, p. n.n.).
- ¹² Chatelain - *Op. cit.*, 1713, tomo I, mapa nº 34.
- ¹³ De referir a carta «Les frontières d'Espagne et de Portugal, ou se trouve le Royaume de Portugal divisé en ses cinq grandes provinces...» (1705), incluído no *Atlas ou recueil de Cartes Géographiques...* de Nicolas de Fer (ed. 1709 e 1746) (cfr. M. Pastoureau - *Les Atlas Français XVI-XVII siècles*, Paris, Bibliothèque Nationale, 1984, p. 187-188).
- ¹⁴ Vg. «Hispania» de F. de l'Isle, de 1744.
- ¹⁵ Ver de Orlando Ribeiro - «Comentários geográficos a dois passos de "Os Lusíadas"», *Finisterra*, Lisboa, VI, 12, 1971, p. 246-247.
- ¹⁶ Que o Padre Carvalho da Costa lembra no fim do século XVII: «Strabo dá à Europa a forma de Dragam, cuja cabeça he Espanha, pescoço França, Germania o corpo, as azas direita, & esquerda Italia, & Cimbria, que agora se chama Dinamarca.» (*Compendio Geographico distribuido em tres tratados...*, Lisboa, Off. João Galraõ, 1686, p. 135).
- ¹⁷ «Censura dos Excellentissimos Senhores Conde da Ericceira, e Marquez de Abrantes» in *Geografia Historica de todos os estados soberanos de Europa* de Luiz Caetano de Lima, I, Lisboa Occidental, Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1734, p.n.n.
- ¹⁸ O mapa intitulado «Reyno de Portugal», incluído no I vol. da obra de L. Caetano de Lima, apresenta a seguinte informação junto à escala: «de Granpré Fecit Lisboa 1729 et Ex».
- ¹⁹ «Lusitaniam Guido Sfortia. Vernandi Alvari Secco industria descriptam tibi ob gentis nostrae patrocinium dicamus [...]» (A. Cortesão e A. Teixeira da Mota - *Portugaliae Monumenta Cartographica*, II, Lisboa, Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, p. 79).
- ²⁰ Ver entre outros, Alves Ferreira et al. - «O mais antigo mapa de Portugal (1561)», *Boletim do Centro de Estudos Geográficos de Coimbra*, Coimbra, II, 12-13, 1956, p. 1-66 II, 14-15, 1957, p. 10-43.; A. Cortesão e A. Teixeira da Mota - *Op. cit.*, II, 1960, p. 79-81; J. Romero Magalhães - «As Descrições Geográficas de Portugal: 1500-1650», *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, 5, 1980, p. 42-45; Maria Fernanda Alegria - «O povoamento a sul do Tejo nos séculos XVI e XVII. Análise comparativa entre dois mapas e outras fontes históricas», *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto Geografia*, Porto, 1, 2, 1986, p. 179-208; Kevin Kaufman - *An Early Portuguese Geographical Index. The «Longitude et Latitude Lusitaniae» and its Relation to Sixteenth-Century Mapping Techniques*, Madison, University of Wisconsin-Madison, 1988, p. 18-32; Maria Fernanda Alegria - «Imagens de Portugal na Cartografia dos séculos XVI e XVII» in *Cartografia Impressa dos séculos XVI e XVII...*, *op. cit.* p. 9-25.
- ²¹ A. Cortesão e A. Teixeira da Mota - *Op. cit.*, II, 1960, p. 80.
- ²² Procedimento vulgar na cartografia da época, ao serem figuradas as fronteiras (cfr. F. Dainville - *Le Langage des Géographes*, Paris, Ed. A. et J. Picard, 1964, p. 272).
- ²³ A procura de uma estreita relação entre as características naturais e os estados, quer na cartografia, quer nas descrições geográficas, ocorre um pouco por toda a Europa. Ver para o caso francês, F. Dainville - *Op. cit.*, 1969, p. 348-349.
- ²⁴ Rita Costa Gomes - «A construção das fronteiras» in *A Memória da Nação* (coord. F. Bethencourt e D. Ramada Curto) Lisboa, Sá da Costa, 1991, p. 373. A «primeira representação esquemática da fronteira portuguesa entre Olivença e Alconchel» data de 1454 (*ibid.*, p. 376).
- ²⁵ J. Romero Magalhães lembra que «[...] só em 1537 se procede a uma muito rigorosa demarcação da raia.» (*op. cit.*, 1980, p. 44). Ver do mesmo autor, sobre as fronteiras portuguesas do século XVI, «O enquadramento do espaço nacional» in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 24-35.

- ²⁶ A. Cortesão e A. Teixeira da Mota - *Op. cit.*, 11, 1960, p. 83-86.
- ²⁷ Cfr. Gonzalo de Reparaz Ruiz - «La cartographie terrestre dans la Péninsule Ibérique au XVI et au XVII siècle et l'oeuvre des cartographes portugais en Espagne», *Revue de Géographie des Pyrénées et du Sud-Ouest*, Toulouse, IX, 3-4, 1940, p. 167-202; id. - «Une carte topographique du Portugal au XVI siècle» in *Mélanges d'Études Portugaises offerts à G. le Gentil*, Lisboa, 1949, p. 271-313; id. - «The topographical maps of Portugal and Spain in the 16th century», *Imago Mundi*, Estocolmo, VII, 1950, p. 75-82.
- ²⁸ São vários os esquecimentos e vários os exemplos menos felizes que Reparaz deixa nos seus textos para defender Seco e os cartógrafos portugueses, em confronto com os espanhóis, a propósito da cartografia terrestre, como o havia feito com a cartografia marítima: portugueses e catalães na vanguarda das inovações da astronomia náutica e da cartografia no século XV. Recordando as ligações familiares à Catalunha e a Portugal e as suas opiniões políticas para com o nacionalismo centralizador e, recordando ainda as datas de edição dos seus trabalhos, alguns dos mais importantes vindos a lume no estrangeiro, mais fácil será compreendermos a construção subjacente às hipóteses levantadas por Reparaz.
- ²⁹ Real Biblioteca del Escorial, [Atlas], Mss. K-I-1.
- ³⁰ Cfr. G. de Reparaz Ruiz - «Los trabajos Geográficos del siglo XVI» in *España. La Tierra-El Hombre-El Arte* (dir. G. de Reparaz Ruiz e J. Terrero), I, Barcelona, El. Alberto Martín, 1954, p. 68. Quanto ao método, basta lembrar que indicações semelhantes dará ainda o Padre Luiz Cardoso, duzentos anos depois: «Servirá este *Diccionario* de hum grande soccorro a quem quizer fazer as Cartas Geograficas, tão diminutas, e tão pouco apuradas pelo que toca a esta Monarquia, pela falta de noticia, que até agora havia della; para o que lançamos nas terras principaes as alturas do pólo, e as distancias de humas a outras, à vista do que ficaõ as menos principaes mais faceis de arrumar nos lugares, que lhe tocaõ.» (*Diccionario Geografico*, I, Lisboa, na Regia Officina Sylviana, 1747, p. [5] do «Prólogo»).
- ³¹ R. Núñez de las Cuevas afirma: «El Atlas es un manuscrito y cuando se observa con cuidado se llega a la conclusión de que se trata de la minuta de un trabajo que debía servir de avance a un mapa a mayor escala. [...] Esto no quita ningún valor al esfuerzo cartográfico que supuso la formación del Atlas pero nos lleva al convencimiento de que se trata de una minuta.» («Historia de la Cartografía Española» in *La Cartografía de la Península Ibérica i la seva extensió al continent americà*, Barcelona, Institut Cartogràfic de Catalunya, 1991, p. 182-183).
- ³² Ver o ponto da situação feito por Geoffrey Parker - «Maps and Ministers: The Spanish Habsburgs» in *Monarchs, ministers and maps* (dir. D. Buisseret), Chicago, The Chicago University Press, 1992, p.132-134.
- ³³ F. Vázquez Maure refere que no Atlas estão simbolizadas as divisões dos Reinos de Portugal, Leão, Castela, Navarra, Aragão, Catalunha e Valência («Cartografia de la Península: siglos XVI a XVIII» in *Historia de la Cartografía Española*, Madrid, Real Academia de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales, 1982, p. 62).
- ³⁴ Agradecemos a informação ao Prof. J. A. García de Cortázar. Sobre as fronteiras de Castela ao longo da História e a sua (re)construção pelo discurso geográfico e político, ver Jesús García Fernández - *Castilla (entre la percepción del espacio y la tradición erudita)*, Madrid, Espasa-Calpe, 1985, Cap. I.
- ³⁵ Ver João Carlos Garcia - «As fronteiras da Lusitânia nos fins do século XVI» in *Miscellanea Rosae Tánulmányok Rózsa Zoltán 5. születésnapjára* (org. Rákóczi István), Budapeste, Mundus Magyar Egyetemi Kiadó, 1995, p. 137-153.
- ³⁶ Mas anacronismos semelhantes encontramos em mapas posteriores, como é o caso do mapa geral de Espanha, de Hefelo Gerardo (Amesterdão, 1631), onde os limites Norte e Oeste do Reino de Castela são os de uma das etapas da Reconquista (cfr. E. Garrigos Pico - «La política cartográfica en España (siglos XVI-XVIII)» in *Historia de la Cartografía Española*. Madrid, Real Academia de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales, 1982, p.41).
- ³⁷ Cfr. Armando Cortesão - «An early chorographic map of Portugal», *Imago Mundi*, Amesterdão, XIX, 1965, p.111-112 e «A mais antiga carta corográfica de Portugal manuscrita que há conhecimento», *Ethnos*, Lisboa, IV,1965, p.95-99. Sobre a biografia e obra de João Teixeira Albernaz I, ver A. Cortesão e A. Teixeira da Mota - *Op. cit.*, IV, 1960, p.79-91.
- ³⁸ Ainda no século XIX encontraremos cartas de Portugal com esta orientação, tal é o caso da *Carta Militar das Principaes Estradas de Portugal*, impressa em Lisboa, em 1808.
- ³⁹ Esta figuração de uma barreira montanhosa de fundo ocorre com frequência nas folhas de diversos atlas do Brasil do mesmo autor mas não nas correspondentes versões dos *Portos Marítimos do Reyno de Portugal* (cfr. A. Cortesão e A. Teixeira da Mota - *Op. cit.*, IV, 1960, est. 441-458 e 509-510).
- ⁴⁰ A importância e características da carta foram já repetidamente comentadas, quer no quadro da obra do autor e da família Teixeira, quer na cartografia peninsular coeva (A. Cortesão e A. Teixeira da Mota - *Op. cit.*, IV, 1960, p. 159-160 e Maria Fernanda Alegria - *Op. cit.*, 1986).
- ⁴¹ Cfr. F. Dainville - *Op. cit.*, 1964, p. 271. Entre a cartografia regional espanhola com tais características é de referir a carta de Thomas Lopez, *Mapa Geográfico de la Provincia de Estremadura*, dedicado

- a Manuel de Godoy, impresso em Madrid, em 1798 (encontra-se reproduzido em *A viagem de Christian, Príncipe de Waldeck, ao Alentejo e ao Algarve descrita pelo Barão von Wiederhold, 1798* de Lívio da Costa Guedes, Lisboa, ed. autor, 1992, entre p. 38-39, Scp. do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, vol. 60).
- ⁴² A «Evropae II Tab:» de Mercator surge na edição deste autor (Colónia, 1578) das *Tabulae geographicae Cl. Ptolemae...* A obra conhece 9 edições até 1730 (cfr. Jam Smits - «For pleasure and support (bis dat qui cito dat)» in *La Cartografia dels Països Baixos*, Barcelona, Institut Cartogràfic de Catalunya, 1994, p. 213).
- ⁴³ A crítica é feita por M. de Azevedo Fortes no seu *Tratado* (cfr. A. Cortesão e A. Teixeira da Mota - *Op. cit.*, IV, 1960, p. 160).
- ⁴⁴ «[...] porque não sey que haja quem até o presente escrevesse na lingua Portuguesa sobre esta materia; e tambem não sey que haja neste Reyno Carta algua particular de nenhum dos seus Bispados» (M. de Azevedo Fortes - *Tratado do modo o mais facil...*, Lisboa Occidental, Off. de Pascoal da Sylva, 1722, p. [4] do «Proemio»).
- ⁴⁵ *Ibid.*, p. 197.
- ⁴⁶ *Ibid.*
- ⁴⁷ O gravador do mapa do *Reyno de Portugal* havia sido chamado a Lisboa por D. João V, integrado no grupo de artistas estrangeiros contratados para trabalhar na primeira oficina de gravuras anexa à Real Academia da História Portuguesa, fundada em 1720 (cfr. Ernesto Soares - *História da Gravura Artística em Portugal. Os artistas e as suas obras*, I, Lisboa, Liv. Sam Carlos, 1971, p. 18).
- ⁴⁸ «Na presente guerra reconhecêrão os nossos Portuguezes, & os seus aliados grãdissima falta de Mappas exactos para os diversos movimêtos dos nossos exercitos [...] na offensiva, para conhecer as fronteiras, por onde são mais faceis as entradas, na defensiva, para ponderar os confins, de que a situação he mais propria para embarçar os intentos dos inimigos.» (A. Carvalho da Costa - *Corographia Portugueza*, II, Lisboa, Valentim da Costa Deslandes, 1708, p. [1]).
- ⁴⁹ Também com data de 1762 se conhece um *Mapa ó descripción del reyno y fronteras de Portugal sacado de las cartas geograficas de Pedro Teixeira y Jacobo Cantelli, corregido y añadido por otras noticias* (cfr. Ernesto de Vasconcellos - *Exposição de Cartographia Nacional (1903-1904). Catalogo*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1904, p. 272). Na falta e perante a extrema necessidade, recorre-se assim a bases cartográficas que datam de um século antes (ver A. Cortesão e A. Teixeira da Mota - *Op. cit.*, IV, 1960, p. 160).
- ⁵⁰ Afirma Suzanne Daveau: «A localização dos lugares nos mapas não resultou de medições astronómicas das coordenadas geográficas, nem da sua interpolação por triangulação, mas, provavelmente, da simples compilação de diversos itinerários.» (*Os Mappas das Provincias de Portugal*, de J.C. Carpinetti, na História da Cartografia Portuguesa» in *Mappas das Provincias de Portugal, op. cit.*, 1993, p. 3).
- ⁵¹ João Silverio Carpinetti - *Mappas das Provincias de Portugal, op. cit.*, p. [2].
- ⁵² João Bautista de Castro - *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*, 2a ed., 3t., Lisboa, Off. Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763.
- ⁵³ Comparar as duas diferentes colecções reproduzidas: a versão Carpinetti, por J. Leite de Vasconcellos in *Einografia Portuguesa* (vol. 111, Lisboa, Imprensa Nacional, 1942) e a versão Laurent, por Ana Cristina Nogueira da Silva e António Manuel Hespanha - «A identidade portuguesa» in *História de Portugal* (dir. José Mattoso), IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 25-27.
- ⁵⁴ O mapa a que João Bautista de Castro se refere é certamente a *novissima tabula do Portugaliae et Algarbiae* publicado originariamente por Johann Baptist Homman nos primeiros anos do século XVIII e posteriormente, em 1736 (segundo Castro), pelos Herdeiros de Homann, já que aquele havia falecido em 1724. Quanto à *Arte de Navegar* de Manuel Pimentel (la edição, 1712), conhecia então (1762) a 3a edição póstuma.
- ⁵⁵ Sobre os mapas de Portugal publicados em atlas franceses, a muitos dos quais se refere Bautista de Castro, ver M. Pastoureau, *op. cit.*, 1984.
- ⁵⁶ João Bautista de Castro esclarece mesmo quanto à terminologia, a propósito dos clássicos, como Ptolomeu: «[...] he infallivel que os Mappas naquelle tempo não erão delineados, como agora são as Cartas Geograficas, mas erão humas Taboas dispostas em columnas, em que se demarcava a altura das terras.» (*Op. cit.*, I, 1762, fl. 2 da «Introdução à Obra»).
- ⁵⁷ Ver sobre a obra de Tomás Lopez: F. Vázquez Maure - «Cartografía de la Península: siglos XVI a XVIII» in *Historia de la Cartografía Española*, Madrid, Real Academia de Ciencias Exactas, Físicas y Naturales, 1982, p. 71-72 e R. Núñez de las Cuevas - *Op. cit.*, 1991, p. 189-191.
- ⁵⁸ Cfr. Lívio da Costa Guedes - *Op. cit.*, p. 128, 174 e *passim*.
- ⁵⁹ João Bautista de Castro, na 2a edição do seu *Mappa de Portugal*, faz uma «Discrição circular pela margem maritima, e raya terrestre. Antes de entrarmos a ver o Reino interior, faremos pela parte de fóra

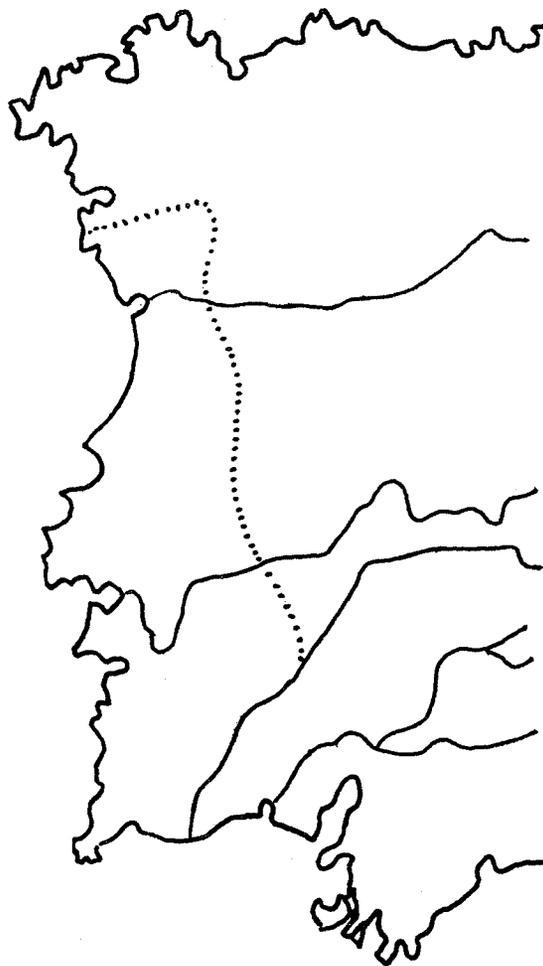
hum giro, ou descripção hydrografica` e geografica, rodeando-o todo, e informando dos principaes portos, surgidouros, e praças fronteiras, de que consta.» (*op. cit.*, I, 1762, p. 29 ss). E esta «descrição circular» é feita de local em local ao longo da «raya». A acompanhá-la estão os mapas gravados por Laurent onde a fronteira política se figura por um ponteadado que rodeia as terras do reino portugues e do reino espanhol.

Figura 1
Europae II tab:



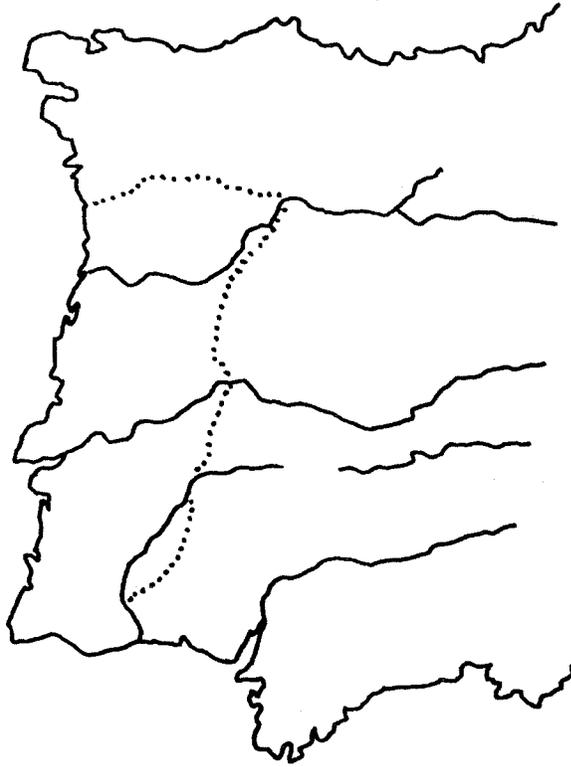
Fonte: *Theatrum Geographicae Veteris...* de Gerard Mercator, Amsterdam, J. Hondius II, 1618-1618

Figura 2
Tabula Moderna Hispaniae



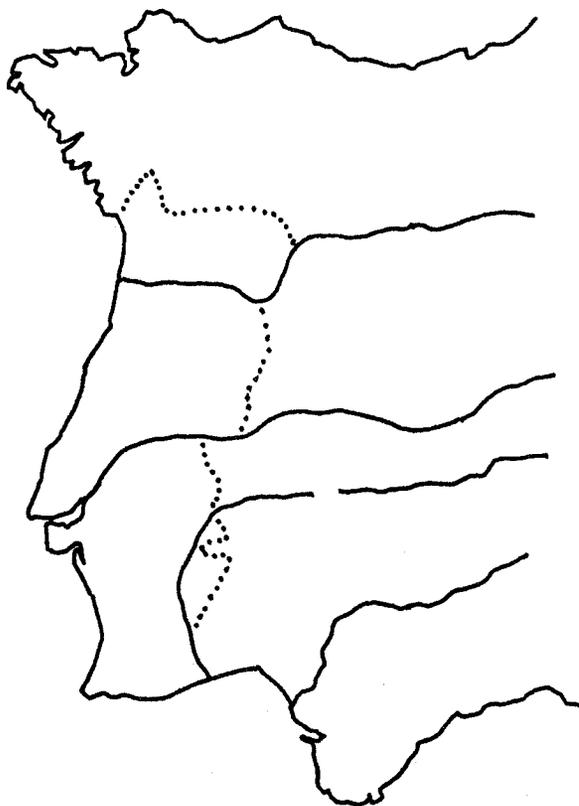
Fonte: *Geographia* de C. Ptolomeu Roma, ernardus Vitalibus, 1507

Figura 3
Regni Hispaniae



Fonte: *Theatre de l'Univer...* de Abraham Ortelius Antuérpia, 1572

Figura 4
Regnorum Hispaniae nova descriptio



Fonte: *Theatrum Orbis Terrarum sive Atlas Novus* de W. Blaeu. Amsterdam, 1635

Figura 5
Totius regnorum Hispanae et Portugalliae descriptio de
Frederik de Wit, Amsterdam, 1670 (?)

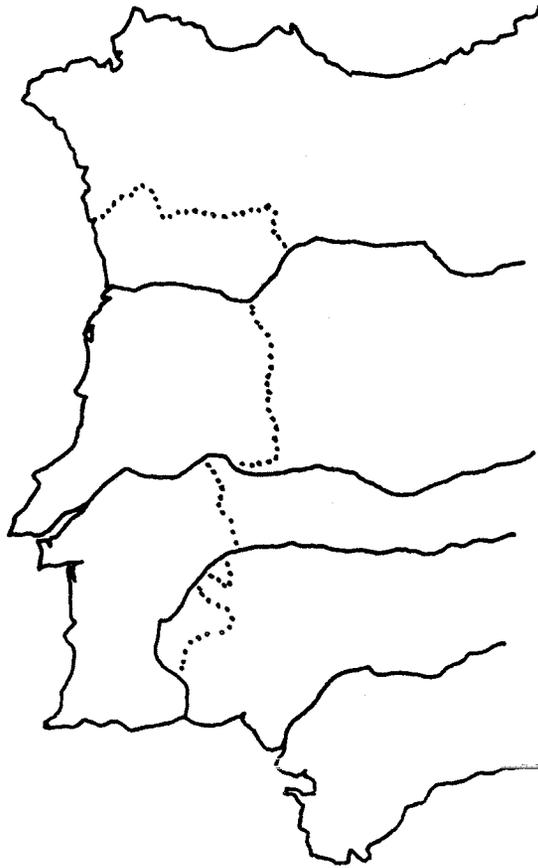


Figura 6
Configuração da fronteira portuguesa
segundo diversos cartógrafos do século XVIII



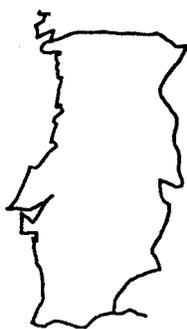
Chatelain, 1705



J.B. Homann, 1720



H. de l'Isle, 1744



E. Bowen, 1750



R. de Vagoundy, 1780



R. Sayer, 1790

Figura 7
Portugalliae quae olim Lsitania de Vernando Alvaro Secco Antuérpia, 1570 (?9)

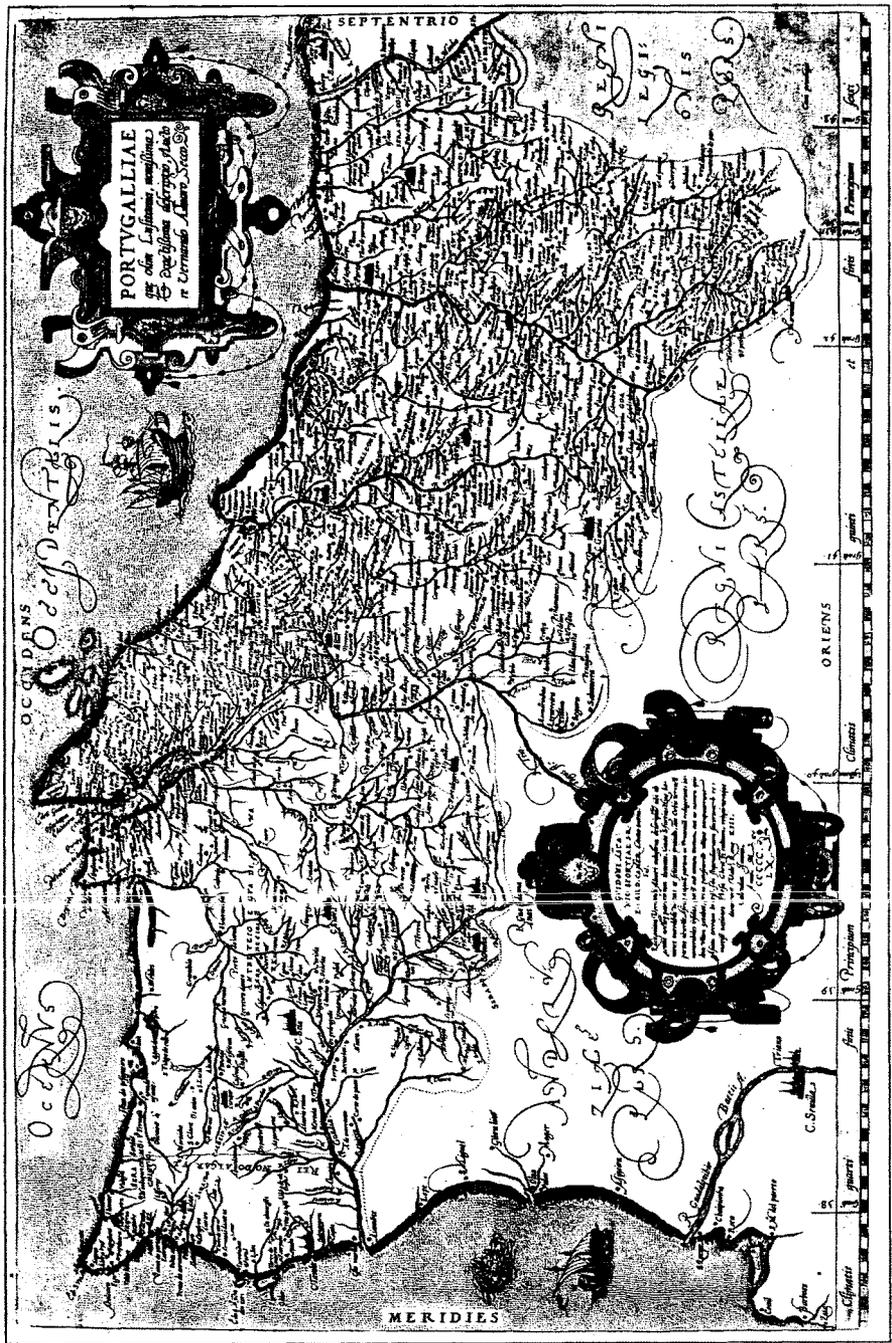


Figura 10
Reyno de Portugal



Fonte: Geografia Histórica de Luiz Cactano de Lima, Lisboa, 1734-1736

